



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
-------------------	----

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS PRINCÍPIOLÓGICOS DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS	15
--	----

1. Reserva jurisdicional qualificada	15
2. Motivação e Fundamentação das decisões	17
3. Presunção de inocência.....	21
4. Reserva de lei	27
5. Contraditório	32
6. Provisionalidade ou situacionalidade: fatos novos, concretos ou contemporâneos.....	34
7. Duração razoável da medida cautelar: temporalidade	35
8. Proporcionalidade	39
9. Prisão como última e <i>extrema ratio</i>	42
10. Estrutura acusatória: vedação da imposição de medidas cautelares <i>ex officio</i> pelos magistrados.....	45

CAPITULO II

JUIZ DE GARANTIAS E A PRISÃO	49
1. Considerações gerais.....	49
2. Funções do juiz de garantias, em face da prisão e da liberdade	52



**CAPÍTULO III**

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	55
1. Normatividade supranacional.....	55
2. Antecedentes	57
3. Normatividade do CPP.....	58
4. Funcionalidade	59

CAPÍTULO IV

PRISÃO EM FLAGRANTE	61
1. Considerações iniciais	61
2. Funcionalidade pré-cautelar da prisão em flagrante.....	62
3. Situações de flagrância: “espécies”	63
4. Particularidades	65
4.1. Crimes permanentes e habituais.....	65
4.2. Código de Trânsito	66
4.3. Infrações penais de menor potencial ofensivo	67
4.4. Lei Antitóxicos.....	67
4.5. Imunidades funcionais	69
5. Falsos flagrantes: “forjado” e “provocado”	70
6. Situações sui generis: vigilância e acompanhamento.....	71
7. Formalidades constitucionais e legais.....	72
8. Opções da autoridade policial diante do flagrante.....	74
9. Opções do juiz diante da prisão em flagrante	75
10. Relaxamento da prisão em flagrante	78

CAPÍTULO V

LIBERDADE PROVISÓRIA	81
1. Considerações iniciais	82
2. Liberdade provisória sem fiança.....	82
3. Liberdade provisória mediante fiança	82





SUMÁRIO

7

3.1. Funcionalidade	83
3.2. Arbitramento e incidentes na fiança	83
4. Vedação legal da liberdade provisória	84

CAPÍTULO VI

PRISÃO PREVENTIVA	87
1. Considerações iniciais	87
2. Pressupostos	88
2.1. Fatos novos ou contemporâneos	88
2.2. Prática de crime doloso	89
2.3. Pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos	90
2.4. Ausência de cominação de multa alternativa	91
2.5. Afastamento da liberdade provisória (pressuposto negativo)	92
2.6. Insuficiência das medidas cautelares menos gravosas	92
3. Requisitos	93
3.1. <i>Fumus commissi delicti</i>	94
3.1.1. Existência de um fato típico, ilícito e culpável	94
3.1.2. Indícios suficientes de autoria	94
3.2. <i>Periculum libertatis</i>	95
3.2.1. Garantia da ordem pública	96
3.2.2. Garantia da ordem econômica	97
3.2.3. Conveniência da instrução criminal	99
3.2.4. Assegurar a aplicação da lei penal	100
4. Legitimidade postulatória	101
5. Momentos da decretação da prisão preventiva	102
5.1. Antes da sentença penal	102
5.2. Pronúncia do réu	102
5.3. Sentença penal condenatória	103
5.3.1. Condenações pelo Tribunal do Júri	104





5.4. Nos Tribunais	105
6. Situações especiais	107
6.1. Por descumprimento de outra medida cautelar.....	107
6.2. Reincidência em crime doloso	107
6.3. Dúvida sobre a identidade civil.....	108
6.4. Lei Maria da Penha	109
6.5. Lei Antidrogas e crimes hediondos	111
7. Tempo da prisão preventiva e revisão periódica.....	113
8. Prisão domiciliar	114
9. Relaxamento e revogação da prisão preventiva.....	116
10. A lógica civilista e inquisitorial.....	117

CAPÍTULO VII

MEDIDAS ALTERNATIVAS AO CÁRCERE	119
1. Considerações iniciais	119
2. Natureza jurídica e objetivos	121
3. Pressupostos e requisitos.....	122
3.1. Requisitos especiais	123
4. Espécies e adequação	124
4.1. Comparecimento periódico em juízo.....	125
4.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	126
4.3. Vedação de manter contato com determinada pessoa	126
4.4. Permanência na Comarca	127
4.5. Recolhimento domiciliar	127
4.6. Suspensão do exercício da função pública ou de atividade	128
4.7. Internação provisória	130
4.8. Fiança	131
4.9. Monitoramento eletrônico.....	132
5. Duração da cautelar alternativa e revisão periódica.....	133





SUMÁRIO	9
6. Descumprimento da cautelar	135
7. Revisão, substituição e cumulatividade.....	136
8. Críticas	137
CAPÍTULO VIII	
REMÉDIOS JURÍDICOS IMPUGNATIVOS.....	139
CAPÍTULO IX	
PARTICULARIDADES	143
1. Uso de algemas	143
2. Formalidades do mandado de prisão e seu cumprimento	144
3. Prisão especial em quartéis e separação de presos	146
4. A insubsistência da prisão temporária	148
5. Detração.....	151
6. Indenização pela prisão indevida	152
Bibliografia	155

